

EUGÉNIO ALVES
DA SILVA

UNIVERSIDADE
AGOSTINHO NETO
Quo Vadis?

TEMAS & DEBATES - N.º 3



Universidade Agostinho Neto
Quo vadis?



Rua Comandante Nicolau Gomes Spencer, n.º 203, 7.º Andar, Apt.º «C»
Caixa Postal n.º 16.500
Bairro Makulusu, Município da Ingombota, Luanda, República de Angola

Título: *Universidade Agostinho Neto: Quo vadis?*

Autor: Eugénio Alves da Silva

Editor: Mateus Volódia

Capa: Lapin Setenta e EAL

Revisão: Editorial Kilombelombe, Limitada

Colecção: «Temas & Debates», n.º 3

© Eugénio Adolfo Alves da Silva e Editorial Kilombelombe, Limitada, 2012

Todos os direitos para a publicação desta obra em língua portuguesa reservados pela Editorial Kilombelombe, Lda.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida sob qualquer forma ou por quaisquer meios, electrónicos ou mecânicos, incluindo fotocópias e gravações, ou por qualquer armazenamento de informação e sistema de recuperação, sem a autorização escrita do Editor.

Composição, paginação e impressão: Edições de Angola, Limitada (EAL)

Depósito Legal n.º 5529/12

ISBN: 978-989-8368-17-1

Tiragem: 1000 exemplares, 1.ª edição, 2012

EUGÉNIO ALVES
DA SILVA

UNIVERSIDADE
AGOSTINHO NETO
Quo vadis?

Prefácio
Licínio C. Lima



Índice

11	Agradecimento
15	Prefácio
23	Prólogo
35	1 - A universidade na África subsahariana
44	1.1 - A universidade como símbolo de soberania
51	1.2 - A expansão do ensino superior em África
54	1.3 - A crise da educação superior e da universidade africana
69	2 - Universidade, Estado e burocracia em África
85	3 - Funções e relevância social da universidade em África
95	4 - A Universidade de Angola e a construção nacional
98	4.1 - Antecedentes, surgimento e desenvolvimento (de 1962 até 1975)
119	4.2 - A Universidade de Angola após a independência

130	4.2.1 - O período de afirmação revolucionária (1976-1980)
159	4.2.2 - O período de ajustamento e expansão (1980-1991)
184	4.2.3 - O período de crise e confrontação (1991-2002)
202	4.3 - A UAN e a situação recente da universidade em Angola (até 2010)
227	5 - A mudança radical no ensino superior e a nova UAN
245	Epílogo
261	Bibliografia
263	1. - Obras publicadas
279	2. - Documentos
283	Biobibliografia do Autor

Agradecimento

A concretização deste trabalho é fruto de contributos de índole diversa que devo agradecer pela importância de que se revestiram.

Ao Professor Doutor Licínio Lima, do Instituto de Educação da Universidade do Minho, na dupla qualidade de orientador científico e amigo, pelo incentivo.

Aos colegas angolanos, docentes e gestores da UAN, que colaboraram nesta investigação, permitindo elaborar a «história colectiva» desta universidade.

Ao Narciso dos Santos, colega, amigo e interlocutor de há longos anos nesta vida académica, com quem partilhei ideias que valorizaram este trabalho.

Ao ditoso Engenheiro José Luís Guerra Marques, um dos reitores da UAN que mais pugnou pela sua dignificação e que gostaria de ter visto esta obra.

De igual forma, à saudosa D. Wanda Freire por ter proporcionado e impulsionado este percurso académico.

À minha esposa e aos três filhos, pela paciência e pela compreensão quanto à ausência que o envolvimento neste trabalho implicou.

Aos meus pais, forçados a um amargo «exílio dourado», pela forma como me lançaram na vida.

Ao editor, pela consideração, gentileza e possibilidade de trazer ao público angolano este trabalho.

Braga, Agosto de 2010

Prefácio

Este livro é o resultado de um trabalho conjunto de muitos autores, que se dedicaram a escrever um texto que abordasse os aspectos mais importantes da ciência da computação. O objetivo principal deste livro é fornecer uma visão geral dos conceitos e técnicas utilizadas na área, bem como apresentar exemplos práticos de aplicação. O conteúdo é dividido em capítulos que abordam desde os fundamentos da computação até tópicos mais avançados, como inteligência artificial e sistemas distribuídos. Esperamos que este livro seja útil para todos os leitores interessados em aprender mais sobre a ciência da computação.

Na sequência da sua tese de doutoramento e de outros trabalhos posteriores, Eugénio Silva publica agora um ensaio, actualizado, sobre a Universidade Agostinho Neto (UAN), revisitando as diversas fases do seu processo de construção institucional, ao longo de cinco décadas, desde o período colonial até ao presente, passando pela fase de implantação da independência de Angola.

Trata-se de um contributo relevante para a história da universidade angolana, especialmente do ponto de vista de uma interpretação político-organizacional de variadas fontes e testemunhos sobre o complexo processo de construção de uma universidade, com os seus avanços e recuos, as dinâmicas políticas e as relações de poder, as tensões entre subordinação e autonomia, as diferentes missões institucionais atribuídas por distintos regimes políticos, as variadas modalidades de relacionamento com o Estado e com o poder político, etc.

Para o efeito, o autor adopta uma perspectiva sociológica, atribuindo protagonismo à análise organizacional, um campo que lhe permite optar por abordagens teóricas plurais, de entre as quais elege a burocracia-racional e a análise política, operando sobre estas uma articulação

não apenas pertinente e bem conseguida em termos de coerência teórica e de densidade conceptual, mas sobretudo em termos de benefícios interpretativos. Daqui resulta uma interpretação original do processo de institucionalização da Universidade Agostinho Neto (UAN), apoiada por uma proposta periodológica, elementos certamente a exigir leitura atenta e crítica, e que poderão vir a suscitar reparos ou interpretações alternativas, em todo o caso, a partir de agora, contributos incontornáveis para o estudo da universidade angolana.

Também o investigador, ou estudante, das matérias da educação superior, eventualmente menos familiarizado com o contexto estudado, ou até mesmo pouco interessado nas vicissitudes da universidade africana e angolana, encontrará, porém, razões para apreciar o labor teórico e hermenêutico em torno de matérias que são, por assim dizer, clássicas. Refiro-me, não apenas, aos processos de «descolonização» das instituições de educação superior, ao longo da história e em diferentes geografias e culturas, face a poderes opressivos de muito variada origem e índole, incluindo dinâmicas de controlo heterónimo e de governamentalização incompatíveis com os ideais de autonomia universitária, mas também à emergência de novos e mais poderosos actores institucionais, seja a nível supra-estatal seja, já, na esfera privada, de orientação mercantil.

A investigação conduzida por Eugénio Silva é, simultaneamente, estimulante do ponto de vista intelectual, e perturbante do ponto de vista das dificuldades de democratização, de autogoverno e de assunção da autonomia por parte das instituições de educação superior que

foram historicamente subordinadas a lógicas de instrumentalização política, descapitalizadas em termos simbólicos e culturais, de liberdade e de potência crítica perante as instituições, as dinâmicas sociais e os poderes que devem estudar e criticar sem condescendência. Deste ponto de vista, as lógicas de dominação e de «domesticação» operadas sobre as universidades em regimes políticos autoritários, não obstante as múltiplas diferenças históricas, político-ideológicas e organizacionais, evidenciam processos análogos e resultados passíveis de associação. Seja, num regime colonial, entre as universidades «metropolitanas» e as das «colónias», seja, mesmo, após a democratização política e a independência, nos casos em que o controlo burocrático se continua a abater sobre as universidades, garantindo a hegemonia do poder central, político e administrativo. Com efeito, o controlo burocrático centralizado exercido sobre as universidades pelos diversos aparelhos estatais, tende a revelar-se uma invariante estrutural, não apenas em países africanos, e após a independência, mas igualmente nos contextos europeus após a descolonização e a institucionalização de regimes democráticos, como aconteceu com Angola e com Portugal, respectivamente. A burocracia autoritária-colonial parece manter alguns dos seus mais importantes traços de dominação nas instituições democráticas, não apenas em contextos de centralismo democrático de orientação socialista, mas também no quadro de regimes políticos pluralistas e de democracia liberal, de certa forma confirmando a tese weberiana. Em tais situações, não obstante as diferenças, o autogoverno, a autonomia democrática e a liberdade académica revelam-se objectivos muito difíceis de alcançar,

mesmo quando os textos constitucionais e a legislação já, formalmente, o garantem.

A lenta superação das dinâmicas de governamentalização das universidades, tendencialmente representadas como aparelhos instrumentais ao serviço de objectivos em cuja concepção não participam, exige que a autonomia técnica, ou procedimental, seja revitalizada pela autonomia substantiva, em diálogo e concertação com as autoridades estatais e com outras forças sociais. É imprescindível que o Estado defina políticas em diálogo e assuma a provisão de recursos públicos para as universidades públicas, sem porém as pretender controlar e enfraquecer em termos de governação. É a isto mesmo que chamamos governação democrática e autonomia institucional, algo muito mais fácil de verbalizar do que de concretizar nos distintos planos (eleições dos responsáveis universitários, políticas de investigação, currículo, métodos pedagógicos, gestão financeira e de pessoal, promoções, etc.).

Curiosamente, a fase de transição que se vive acrescenta grande complexidade ao estudo da universidade, seja porque em certos contextos se faz sentir de forma crescente a acção de instâncias transnacionais e supranacionais, de certa forma contribuindo para uma relativa «desnacionalização» da instituição universitária, ainda que, por outro lado, frequentemente impulsionada, ou, pelo menos, apoiada pelo Estado. Por outro lado, emergem dinâmicas de liberalização da oferta de educação superior e outras modalidades de descentralização e delegação por parte do Estado junto da chamada sociedade civil e do terceiro sector. Com frequência, porém, não se trata de uma

ampliação da esfera pública e de um processo de democratização da educação, baseados numa perspectiva sociocomunitária, mas mais do apoio à constituição da emergente universidade-empresa, ou universidade gerencial.

O livro de Eugénio Silva contempla já os ingredientes da referida complexidade em transição, objecto de contradições várias e de processos profundamente híbridos, abrindo pistas para ulteriores investigações. Em poucas décadas, com efeito, se transitou da universidade político-instrumental, sob um regime colonial, para um regime independente de tipo monopartidário e, depois, para graus diversos de abertura e autogoverno em contexto pluripartidário, embora sempre instáveis e por consolidar em termos da instituição universitária. Mas tal transição revelou-se não só não linear e não consolidada, até considerando a sua dificuldade de realização, mas, mais do que isso, vem-se revelando profundamente ambígua. Por um lado é a perspectiva sociocomunitária que se insinua, e que poderia assumir-se como alternativa à velha lógica colonial/pós-colonial da dominação burocrática centralizada por parte do Estado e dos seus aparelhos de controlo, em forte articulação com a cultura académica e a autonomia, em direcção a um autogoverno democraticamente legitimado e de tipo não insular. Mas, por outro lado, é o mercado que emerge em força e como alternativa de alargamento do acesso, da qualidade dos recursos, da internacionalização, etc., opção no mínimo paradoxal à luz da história recente, introduzindo no sistema angolano novas dinâmicas de privatização e de gestão, dispositivos de competição e emulação, que não podem deixar de se cons-

tituir como parte das políticas públicas e de responsabilizar um Estado em processo de reconfiguração.

Como irão as universidades públicas angolanas, e a UAN em particular, apropriar-se destas novas orientações políticas, integrar-se um campo organizacional mais heterogéneo e competitivo, articular-se entre si e reivindicar junto do poder político, legitimar-se democraticamente enquanto interlocutores institucionais mais ágeis e mais respeitados socialmente, encontrar aliados, elevar o seu *status* democrático e académico, são apenas algumas das inúmeras questões que o trabalho agora publicado justifica que coloquemos, incentivando ao respectivo estudo.

Licínio C. Lima

Braga, Universidade do Minho,

Fevereiro de 2012